



140 ANOS DA CASA DE CAMÕES

COMENTÁRIO

JOAQUIM COSTA PEREIRA PINTO

*Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
Despertai já do sono do ócio ignavo,
Que o ânimo, de livre, faz escravo.*

E ponde na cobiça um freio duro,

*Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão à gente.
Melhor é merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem o merecer.*

(Lusíadas, Canto IX, 92 e 93)

O Real Gabinete Português de Leitura, a mais antiga associação portuguesa do Rio de Janeiro, comemora este ano – mais precisamente, no dia 14 de maio –, o seu 140º aniversário de fundação.

Não vamos aludir às informações sobre a Instituição que já tivemos a oportunidade de fornecer no primeiro número desta Revista, nem tampouco é nossa intenção erigir mais um discurso laudatório, onde a eventual riqueza do vocabulário certamente esvaziaria o conteúdo.

Neste momento de capital importância para todos os portugueses, quando tantos se repetem e se desgastam em quærelas desprovidas de sentido, queremos apenas lembrar que esta é, por princípio e definição, a Casa de Camões, e, como tal, o mais significativo e duradouro patrimônio legado pelo imigrante português a este País.

Com isto não é nosso propósito fixar uma posição política e ideologi-

camente útil, mas tão somente procurar fugir à subjetividade com que são comumente tratados diversos conceitos e valores de extraordinária relevância.

Boa parte da comunidade portuguesa do Brasil recebeu com desconfiança ou repúdio o ato do Governo português, que fixou a data nacional em 25 de abril e, através do que muitos interpretam como uma tentativa de aliciamento do emigrante, transformou o **10 de junho** (dia de Camões, dia da nacionalidade) no dia internacional das Comunidades Portuguesas. Contrariamente, alegou-se, entre outras coisas, que a Comunidade portuguesa do Brasil já possui a sua própria efeméride oficialmente estabelecida: o 22 de abril, dia do descobrimento cabralino. Mas os maiores protestos atribuem àquela medida um caráter transitório, como passageiras seriam todas as instituições de natureza política.

Convém lembrar, entretanto, que todas as datas nacionais possuem fundamentação político-ideológica, e desta regra não escapam nem o aniversário do soberano do Reino Unido, nem tampouco o **10 de junho** no momento (desde as comemorações tricentenárias de 1880 até a Lei nº 1783, de 25 de maio de 1925) em que foi escolhido para mitificar a “Raça” lusitana. Daí a esterilidade de qualquer discussão sob este prisma, revelando unicamente ingenuidade, apaixonado partidarismo doutrinal ou defesa de interesses imediatistas de parte a parte. Não aceitamos qualquer significado político para o **10 de junho**, seja de que procedência for.

A pertinência da questão reside apenas no duplo aspecto que reveste o simbolismo dessa data. Para além da sua utilização política, no presente ou no passado, o **Dia de Camões** possui um sentido muito mais amplo e elevado: significa toda a cultura, toda a perseverança, todo o espírito empreendedor do homem português na obtenção da sua identidade entre os povos. Um homem que conquistou dentro da História um importante papel de civilizador, mas que, de algum modo — como assinala Pessoa —, há muitos séculos vem pagando elevado preço pela glória, na penosa e constante busca da coincidência consigo mesmo através da sua capacidade de anular-se, para transformar-se em todas as coisas, em todos os povos, em todos os lugares.

Que esta data seja para nós a motivação para sadias reflexões sobre a nossa realidade e o nosso destino. Reflexão sobre uma problemática já abordada pelos nossos grandes pensadores, de Garrett a Fernando Pessoa, de Herculano a Vitorino Magalhães Godinho, todos buscando soluções mais ou menos realistas para a dura e inevitável opção entre a pureza bucólica de um Portugal arcaico e a necessidade do ingresso na civilização industrial, aceitando todas as suas vantagens e desventuras; ou procurando resolver o problema — por alguns deles vivido — do dilaceramento da alma portuguesa entre um nacionalismo de princípio e um cosmopolitismo de fato.

O gênio artístico de Camões traduz não apenas a grandeza cultural de um povo e a riqueza de uma época, mas a maturidade de uma língua que personaliza Portugal entre as nações peninsulares e é elemento fundamental da unidade nacional brasileira. Não cultuá-la ritualisticamente, mas praticá-la e difundí-la, eis o dever que se nos impõe. E é neste sentido que o Real Gabinete Português de Leitura, baluarte avançado da cultura portuguesa no Brasil, continua sendo e será sempre a Casa de Camões.

Embora sem grande veracidade, já se tornou lugar comum o velho adágio: “os homens passam e as instituições ficam”, como que pretendendo colocá-las à margem da História. Nada neste mundo existe por si ou em si próprio. Tudo está sujeito a um constante processo de transformação e a um ciclo vital: a natureza, o homem e mesmo os animais inferiores, apesar de não terem consciência disto. Aceitar esta realidade, por vezes dura, mas inexorável, é princípio elementar para a realização humana, tendo-se em mente, como Cervantes — contemporâneo de Camões —, que “el camino es siempre mejor que la posada”.

Assim também ocorre com as instituições. Criadas pelo homem, sua sobrevivência depende da capacidade de acompanharem as transformações humanas. Isto não significa a negação do passado enquanto tal, mas a sua reinterpretção em função de novas realidades, o que, de resto, realizado com objetividade, isenção e edificantes propósitos permitirá a identificação de elementos estruturais, imunes ao desgaste do tempo (embora perecíveis numa longa duração), persistentes diante do acontecimental e das oscilações conjunturais. Somente assim, forjando a prospecção através da distinção entre as aspirações gerais e permanentes e os interesses particulares e transitórios, é que as instituições projetam-se no futuro. E esta tem sido a fonte onde o Real Gabinete hauriu as energias que o mantem vivo e atuante ao longo destes 140 anos.

Novas etapas há para vencer, novo horizonte se vislumbra. Sendo o homem, cada vez mais, responsável pelo seu próprio destino, a melhor forma de honrarmos Camões é sabermos, como ele soube, compreender o presente e participar dignamente da edificação do porvir: “Felix qui potuit rerum cognoscere causas” — escreveu Virgílio nas *Geórgicas* (II, 489).

É totalmente estranho ao espírito desta Casa o caráter oficial que se tenha dado, que se pretenda dar ou que venha a ter o **10 de Junho**. Não o aprovamos, nem o repudiamos. Esperamos tão somente que esta comemoração revista-se, de uma vez por todas, do caráter superior que lhe é inerente, e que não se restrinja a “portos de honra”, sessões solenes e panegíricos de valor passageiro.

O processo de descolonização nas antigas províncias Ultramarinas da África portuguesa, tornou vaga a opção atlântica de Portugal em termos de formação de uma comunidade política e econômica Luso-Afro-Brasileira, restando apenas o fator cultural, desde que tratado realisticamente. A atual política de integração de Portugal na Comunidade Européia e o ressurgimento do movimento iberista, satisfaça-nos ou não, fazem parte de uma realidade que temos a obrigação de analisar com serenidade liberta de compromissos. Não podemos deixar o nosso senso crítico enredado em julgamentos de valor, consumindo o nosso tempo em discussões que visam estabelecer se o bom e o mau de hoje é melhor ou pior do que o ótimo e o ruim de outrora, deixando o amanhã à conta das costumeiras improvisações.

Mesmo a língua portuguesa, que vem sendo ultimamente erigida numa espécie de último estandarte de batalha da comunidade lusófona, está seriamente ameaçada por um mundo que o progresso técnico-científico torna cada vez mais um só. Vemos o português espalhado por todos os cantos do globo, mas

assistimos (sobretudo nos países anglo-saxões) a absorção completa dos luso-descendentes pelas sociedades nacionais. Fala-se da lusofonia na África, onde o Português é o quarto idioma oficialmente reconhecido: mas até que ponto novas realidades conjunturais não alterarão esta situação? Historicamente a língua é um importante elemento estrutural, dada a sua permanência no tempo, numa perspectiva braudeliana de “longue durée”: mas, o que nos autoriza a negar, de hoje para o futuro, a sua percipibilidade como traço de união entre duas nações como Portugal e Brasil, cada vez mais distintas, sujeitas a influências externas diversas, vivendo realidades culturais diferentes?

É difícil avaliar até que ponto o homem se torna impotente diante dessas transformações. Mas o certo é que, no que nos diz respeito, a participação efetiva e consciente dentro desse processo evolutivo está longe de atingir o ideal. Franceses, norte-americanos, ingleses e os grupos de cultura judaica, além de guardarem uma identidade maior dentro da sociedade brasileira (o que não é e, evidentemente, não deve ser o caso do português), exercem sobre ela uma influência cultural muito mais ativa e sistemática. Confiados numa plena identidade étnico-cultural, hoje totalmente ilusória; acomodados às facilidades de um idioma basicamente idêntico, não mantemos cursos regulares como uma Maison de France, uma English Culture ou um I.B.E.U., onde, além do aprendizado da língua respectiva, o estudante obtém uma formação completa, muitas vezes superior à que é ministrada nos cursos universitários equivalentes, e onde, algumas vezes, cria-se espécies de quistos estranhos ao organismo cultural brasileiro, o que, certamente, não seria o caso da cultura lusa.

Supõe-se que esta tarefa caberá aos mestres brasileiros das áreas de Literatura, Linguística e Ciências Sociais. Mas quem os colocará direta e permanentemente em contato com a cultura portuguesa, quando até o livro português, apesar da sua boa aceitação, é praticamente desconhecido fora das áreas de formação específica? Não bastou, como podemos constatar agora, o financiamento da construção de escolas ou o seu batismo festivo com nomes que evocam a cultura portuguesa. Talvez seja necessário a manutenção de um projeto de ensino – para brasileiros e, sobretudo, luso-descendentes – que atinja todos os níveis de escolaridade, até alcançar a tão sonhada Universidade Lusíada.

Nestas e em tantas outras questões desta natureza é que devemos concentrar o nosso pensamento e os nossos esforços. E estamos certos de que Camões, este espírito em vida irrequieto, mostrar-se-ia muito mais satisfeito se o suposto dia da sua morte fosse comemorado, não com ufanismo, rituais saudosistas e um culto quase místico, mas com medidas objetivas de preservação dos valores reais de uma cultura à qual devotou toda a sua existência.

É hora de união, é tempo de **Convergência**. Afinal, como nos lembra Dante, “Nessun maggior dolore Che ricordarsi del tempo felice Nella miseria” (*Inferno*, V, 121-123).